

**Assunto: Proposta de Resolução 2023/2081 do Comité Europeu ENVI pretende encaminhar as alegações nutricionais e de saúde dos alimentos para um futuro sem proteína animal**

O Comité Europeu para o Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar (ENVI) desenvolveu a **Proposta de Resolução 2023/2081** do Parlamento Europeu, relacionada com a implementação do **Regulamento (UE) 1924/2006** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 2006, relativo às **alegações nutricionais e de saúde sobre os alimentos**.

Esta iniciativa, liderada pela eurodeputada **Tilly Metz**, do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (Luxemburgo), procura alterar certas considerações impostas no Regulamento (UE) 1924/2006, de maneira que a sua aplicação seja, às pretensões e motivações de quem o altera, mais atual e pertinente. Durante a fase de consulta do documento entre os eurodeputados do ENVI, foram elaboradas **Propostas de Correção** (veja abaixo) que colocam em causa o setor da carne, destacando o seu consumo como um possível **fator de risco para doenças não transmissíveis** e defendendo energeticamente uma **transição para uma dieta à base de plantas**.

<b>Proposta 20</b>	Marisa Matias Anja Hazekamp	<i>"Considerando que dietas pouco saudáveis, ricas em (...) <b>gordura e proteína animal</b>, representam um dos <b>principais fatores de risco para doenças e mortalidade na Europa.</b>"</i>
<b>Proposta 28</b>	Marisa Matias Anja Hazekamp	<i>"Considerando que uma dieta rica em alimentos de origem vegetal e com <b>menos produtos de origem animal</b> traz <b>benefícios tanto para a saúde quanto para o meio ambiente</b>, e a transição para dietas saudáveis até 2050 exigirá mudanças substanciais na dieta; considerando que (...) o <b>consumo de alimentos como carne vermelha e açúcar</b> terá que ser <b>reduzido em mais de 50%</b> para alcançar mudanças na dieta"</i>
<b>Proposta 29</b>	Marisa Matias Anja Hazekamp	<i>"Considerando que o <b>consumo de certos tipos de proteína animal</b> tem um <b>impacto negativo na saúde humana</b>, como um <b>aumento do risco de certos tipos de cancro e doenças cardiovasculares</b> causadas pelo consumo de carnes vermelhas e processadas"</i>
<b>Proposta 30</b>	Marisa Matias Anja Hazekamp	<i>"Considerando que a transição para dietas com um <b>teor maior em proteínas vegetais</b> poderia levar a <b>diminuições substanciais nas emissões de gases de efeito estufa, perda de biodiversidade, ocupação reduzida de terras e perdas de nutrientes</b> para o meio ambiente circundante, ao mesmo tempo que oferece <b>enormes benefícios para</b></i>

		<i>a saúde e reduz a mortalidade por doenças não transmissíveis relacionadas com a dieta."</i>
Proposta 68	Marisa Matias Anja Hazekamp	<i>"Reitera o forte apoio às ambições e metas da Estratégia da UE 'Do Prado ao Prato' (Farm to Fork), em particular a políticas que estimulem uma alimentação saudável e uma mudança na população em geral para padrões de consumo mais saudáveis, incluindo o <b>aumento do consumo de alimentos de origem vegetal</b> produzidos de forma sustentável e regional, como frutas frescas, vegetais, cereais integrais e leguminosas, e para abordar o <b>consumo excessivo de carne e produtos ultraprocessados</b>, (...) o que também <b>beneficiará o meio ambiente, o bem-estar animal e garantirá uma economia mais resiliente.</b>"</i>
Proposta 132	Marisa Matias Anja Hazekamp	<i>"Reconhece o <b>impacto adverso do conflito de interesses</b> entre os <b>objetivos de saúde pública</b> e os <b>interesses das indústrias</b> que produzem (...) <b>carne de animais tratados com antibióticos e/ou fungicidas</b>; enfatiza a <b>influência indevida dessas indústrias</b> sobre políticas de saúde e estratégias que <b>dificultam os esforços eficazes na prevenção de doenças não transmissíveis</b>, e destaca que a <b>transparência é vital para manter a integridade da saúde pública</b> e que é <b>essencial implementar medidas rigorosas para mitigar conflitos de interesse.</b>"</i>
Proposta 133	Marisa Matias, Anja Hazekamp	<i>"Acelera a revisão do <b>programa de promoção da UE</b> para produtos agrícolas e alimentares, incluindo o <b>programa escolar da UE</b>, para alinhá-lo totalmente com o <b>Pacto Ecológico Europeu</b> e os <b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>, (...) promovendo um maior consumo de frutas e vegetais com o objetivo de <b>reduzir as taxas de obesidade, aumentar a consciência ambiental e incentivar uma transição para uma dieta mais sustentável à base de plantas.</b>"</i>

A UECBV elaborou e enviou uma [carta conjunta](#), coordenando um grupo de membros da European Livestock Voice, nomeadamente AnimalHealthEurope, AVEC, CLITRAVI, Copa-Cogeca e EFFAB, destacando algumas **preocupações sobre as Propostas de Correção e a falta de base científica** para as mesmas.

No passado dia **29 de novembro**, o Comité ENVI do Parlamento Europeu **aprovou internamente a Proposta de Resolução 2023/2081**. Negociadas entre os vários grupos políticos que constituem este comité, as correções iniciais propostas pelas eurodeputadas Marisa Matias e Anja Hazekamp, acabaram diluídas e consolidadas com outras alterações. No entanto, algumas das **Propostas de Correção Consolidadas** podem ainda ser consideradas prejudiciais para o nosso setor, nomeadamente:

- **Proposta de Correção Consolidada 4:** *“Lamenta a ausência de uma abordagem sistemática e baseada em evidências para criar ambientes alimentares que auxiliem os consumidores a fazer escolhas informadas e estimulem uma mudança para dietas mais saudáveis, incluindo o **aumento do consumo de alimentos à base de plantas**, como frutas frescas, vegetais, cereais integrais e leguminosas. (...)”*

- **Proposta de Correção Consolidada 18:** *“(...) considerando que dietas mais saudáveis, incluindo o **aumento do consumo de alimentos à base de plantas**, como frutas frescas, vegetais, cereais integrais e leguminosas, e **evitando o consumo excessivo de carne** e produtos ultraprocessados contribuem para a melhoria da saúde, reduzem a mortalidade relacionada a doenças não transmissíveis relacionadas à dieta e trazem benefícios ambientais”*

A Proposta de Resolução será submetida a votação final na sessão plenária do Parlamento Europeu a **15 de janeiro de 2024**. Se os eurodeputados aprovarem o relatório durante a sessão plenária, o procedimento para esta iniciativa estará concluído, e a União Europeia será obrigada a reagir.

Infelizmente temos eurodeputadas que apesar de não terem competências sobre esta matéria, tecem opiniões.

Estamos sempre disponíveis para mais informação.

APIC, 7 de dezembro de 2023

A Diretora Executiva

Graça Mariano